



Eixo 4 – Redes de Saúde

Experiência Interprofissional: formações de redes para a temática: direitos humanos saúde e violência.

Bruna Campos de Cesaro¹
Helena Terezinha Hubert Silva²

RESUMO: As consequências da violência sofridas pelo indivíduo geram agravos biológicos, psicológicos, morais e sociais, que dificultam sua experiência de viver a igualdade humana e social de forma plena, assim, caracterizam um problema de saúde pública. Políticas de enfrentamento à violência têm sido empregadas, e dentre elas, destacamos a importância de capacitar os profissionais para lidar com a problemática. Capacitar profissionais das áreas da saúde, educação e direito, de todo país, aprimorando seus conhecimentos para que atuem com acolhimento de qualidade e encaminhamento correto dos casos, além de promover o desenvolvimento humano e social dos profissionais e dos universitários-tutores do curso e formar redes interprofissionais e interinstitucionais foram objetivos deste programa aqui relatado. As ações desenvolvidas demonstraram que a estratégia utilizada, comporta diferentes núcleos profissionais, e o intercâmbio com realidade dos profissionais atuantes, caracterizou uma formação interprofissional em Saúde para os estudantes universitários participantes, que desenvolveram competências colaborativas de comunicação interprofissional visando o cuidado da vítima de violência de maneira integral, estabelecendo vínculo e a co-responsabilização entre profissionais e estudantes, de encontro com os princípios do Sistema Único de Saúde. Ademais, indica-se ainda necessária a aproximação dos serviços de saúde, municipais, estaduais ou federais, assim como de prestadores de serviço ao SUS e instituições de ensino superior para além das atividades médico centradas, visto que o trabalho em equipe interdisciplinar e interinstitucional é necessário para garantir o direito de atendimento adequado às vítimas de violência.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Violência, Violência Interpessoal, Violência Autoprovocada, Redes de Saúde.

Introdução

A Organização Mundial da Saúde (1) define violência como o uso da força física ou do poder, em forma de ameaça ou prática, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão física, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou qualquer tipo de privação. As consequências da violência geram agravos biológicos, psicológicos, morais e sociais, que dificultam sua experiência de viver a igualdade humana e social plenamente,

¹ UFRGS / Secretaria Estadual de Saúde do RS. E-mail: brunadecesaro@gmail.com

² UFCSPA



caracterizando um problema de saúde. A violência pode acometer qualquer ciclo da vida, como infância, adolescência, vida adulta e velhice, além de ser cometida contra pessoas com deficiência, diferentes etnias, gênero e sexualidade; é parte de um fenômeno complexo, permeado pelo silêncio e pelo medo, e necessita acompanhamento interprofissional a fim do cuidado integral do acometido.

Apesar do tema ter assumido maior visibilidade no âmbito da educação, da pesquisas e das políticas públicas, observa-se ainda a necessidade de aprofundamento neste tema por profissionais de saúde, formados ou em formação, ao se depararem com situações características, traduzido principalmente por dificuldade no reconhecimento da situação e ausência de notificações nesta área. A subnotificação é uma realidade presente, um dos motivos apontados é a incerteza do profissional em identificar a violência, reflexo da falta de informações básicas que permitam o reconhecimento de sinais; a violência é um processo passível de prevenção, podendo ser evitada, e suas consequências reduzidas (2).

Dentre as políticas para o enfrentamento à violência que têm sido empregadas, destacamos a importância de capacitar os profissionais e alunos em formação na área da saúde para lidar com esta problemática. Segundo Silva (3), tanto para docentes, como para trabalhadores de saúde e para estudantes o ensino interdisciplinar requer e, ao mesmo tempo, promove mudanças nos modelos de práticas e de formação dos profissionais de saúde, visto que se constitui em uma prática colaborativa com foco no usuário, nas suas necessidades de saúde e da população e não mais nos serviços e profissionais.

As propostas de formação e de exercício do trabalho em equipe multiprofissional já estão colocadas como realidade em nossa sociedade para a área da saúde, não cabendo legitimidade a qualquer apelo em contrário. Em grande parte dos casos de violência, os profissionais de saúde são os primeiros a entrarem em contato com as vítimas, devido a estarem em uma posição estratégica para detectar os riscos e identificar as possíveis vítimas e, posteriormente, agindo nas consequências da violência, com ações de reabilitação (4). A fim do cuidado integral e adequado da vítima de violência, os profissionais devem estar capacitados, desde a sua formação na graduação e enquanto formação permanente, para lidar com o tema da violência, participar das discussões e condutas da equipe de saúde onde está inserido, saber como abordar essa situação junto



à criança e a família, contribuir na identificação de casos de violência, saber como notificar e quais encaminhamentos realizar (5). A notificação apresenta-se como um fato importante na quebra do ciclo de violência, e um dos maiores desafios para os estudos sobre violência no Brasil, visto que a falta de dados oficiais, impede uma visão dos contextos e situações as violências ocorrem (6).

Fortalecer a organização comunitária, capacitar estudantes universitários, ainda durante a sua formação na graduação à luz da interdisciplinaridade, juntamente com os profissionais das áreas da saúde, educação e direito, aprimorando seus conhecimentos para que atuem com as vítimas de violência interpessoal ou autoprovocada através do acolhimento humanizado, cuidado integral e encaminhamento responsável na rede, são objetivos do programa aqui discutido.

Metodologia

Através deste ensaio é relatada a experiência do Programa de Enfrentamento à Violência: direitos humanos, saúde e educação, processo de formação dos profissionais da saúde, direito e educação e formação dos graduandos da saúde para atendimento e prática de redes interprofissionais e interinstitucionais a fim de garantir atendimentos adequado no reconhecimento e reabilitação de vítimas de violência.

Resultados e discussão

O Programa Enfrentamento à Violência é uma atividade universitária realizada desde 2005 pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). Iniciou com a inserção desta temática no projeto de extensão interno da universidade, chamado “Feiras de Saúde”, por meio de oficinas com professores das escolas municipais da zona leste de Porto Alegre e alunos universitários, abordando a temática dos maus-tratos e abuso sexual de crianças. No ano seguinte, como projeto de extensão da universidade, os estudantes da graduação atuaram junto com professores do ensino fundamental de escolas públicas e agentes comunitários de saúde da região leste de Porto Alegre. Em 2007 foi executado o primeiro curso de extensão em educação a distância, semipresencial, com temática voltada ao enfrentamento à violência infanto-juvenil, em parceria com a Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, numa perspectiva da interdisciplinaridade com os profissionais trabalhadores dos Serviços Sentinelas em atendimento à violência e estudantes de diferentes cursos de graduação da universidade.



Em 2011 transformou-se no “Programa de Extensão de Enfrentamento à Violência: Saúde e Direitos Humanos”, composto por quatro ações prioritárias: curso em educação a distância “Enfrentamento à violência no ciclo da vida”, abordando saúde, legislação, violência de gênero e sexualidade, contra família, idosos, pessoas com deficiência, aspectos sociológicos da violência e direitos humanos e políticas de públicas, curso em que os alunos, após capacitados foram os próprios tutores do curso; as oficinas sobre a sinalização de abusos e maus-tratos em crianças foram ampliadas para professores das escolas do Distrito Docente Assistencial junto à Gerência Distrital Norte/Eixo Baltazar de Porto Alegre; oferta de uma disciplina eletiva oferecida aos alunos de todos os cursos da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA denominada “Enfrentamento à violência no ciclo da vida”, com 45 horas aula e 60 vagas e uma disciplina de extensão aberta ao público. Ocorreu a realização de oficina para acolhimento dos alunos visando ambientação à disciplina e as aulas posteriores ocorreram através da modalidade educação a distância (EaD) semipresencial como uma metodologia formativa diferenciada e, por último, foram realizados eventos com a mesma temática para os diferentes atores sociais, com a presença da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República da época.

O público alvo direto do Programa de Enfrentamento à Violência incluiu profissionais graduados das diferentes áreas da Saúde, Educação e Ciências Jurídicas, que atuam na rede de serviços pela qual caminha o usuário vítima de violência interpessoal, abrangendo: Serviço Social, Ciências Sociais, Conselho Tutelar, profissionais das diferentes áreas de saúde (médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, odontólogos, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, agentes de saúde, técnicos em enfermagem), educação (educadores, pedagogos, professores da pré-escola, fundamental e médio), direito (advogados, delegados, promotores, juízes), sociólogos; profissionais de nível médio com área de atuação em Conselhos Tutelares, coordenadores e atuantes dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes, da Mulher, do Idoso, da Pessoa Portadora de Deficiência, de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Conselheiros Tutelares, e comunidade acadêmica (alunos, professores e funcionários) da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. E como público indireto todas



os usuários acolhidos pelos profissionais da rede de saúde e de proteção, vítimas ou sob risco de violência.

A participação de alunos bolsistas no Programa, englobando as diversas atividades propostas, desde suas primeiras edições, envolveu alunos de diversos cursos da saúde (medicina, psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia, enfermagem, gestão em saúde, biomedicina) se consolidando como um momento interdisciplinar na formação e inserção com os mais diferentes profissionais da saúde e da educação, não usual na formação tradicional destes alunos que muitas vezes tem sua formação ordenada pelo modelo médico-hegemônico, centrado em procedimentos e corporações profissionais. A participação dos alunos no Programa ocorreu após aprovação em edital PROEXT MEC-SESU ou edital PROBEXT (interno à universidade) para alunos-bolsistas sendo a oferta em 2011 de 4 bolsas, 2012 de 26 bolsas, 2013 6 bolsas e em 2014 de 23 bolsas.

Um dos eventos propostos, chamado - Fórum “Direitos Humanos, Saúde e Violência no Ciclo da Vida” reuniu 101 participantes. Destes, 37% dos inscritos eram profissionais ou estudantes da psicologia, 14% da medicina, 7% da nutrição, 6% da fisioterapia, 6% de serviço social, 5% de enfermagem, 5% da fonoaudiologia, 4% das ciências jurídicas e 17% de outras áreas. Quanto à disciplina eletiva não houve desistência ao longo da mesma, dos 55 alunos participantes, 8 (14,5%) eram homens e 47 (85,5%) mulheres - o que leva ao questionamento sobre o cuidado em saúde ainda estar centrado na figura feminina. A maioria dos alunos da disciplina eletiva - 34,5% eram estudante do curso de enfermagem. O restante estava distribuído entre: medicina, nutrição, psicologia, fisioterapia, farmácia, fonoaudiologia e biomedicina. Das oficinas oferecidas aos professores municipais de Porto Alegre houve a participação de 184 educadores.

Numa apropriação de que as diferentes atividades do Programa (o curso, a disciplina de extensão e a disciplina eletiva) “Enfrentamento à violência no ciclo da vida” embora abordem a violência contra pessoas com deficiência, observamos que não permitiam o acesso a pessoas com deficiência ale, como a auditiva ou deficiência visual, perpetrando dessa forma um tipo de violência - o da exclusão. Nesse sentido todos os módulos das disciplinas e do curso aos profissionais foram transpostos para a língua brasileira de sinais (LIBRAS). Esse trabalho foi desenvolvido pelo PID (Programa de Iniciação à Docência) vinculado ao projeto de pesquisa “Percepção de alunos de graduação na área da saúde da disciplina eletiva na modalidade EaD Enfrentamento à Violência no Ciclo da Vida” que



pressupunha, entre seus objetivos específicos, o desenvolvimento de objetos de aprendizagem para pessoas com deficiência auditiva na modalidade de ensino à distância. Foram desenvolvidas vídeo-aulas de todo o conteúdo das aulas do curso EaD e elaborados vídeos com legendas (janela) sinalizadas em LIBRAS. Tais atividades foram realizadas dentro do projeto PID entre os anos de 2013 e 2017. As aulas gravadas, editadas e transpostas em vídeo foram inseridas no ambiente *virtual Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment* (Moodle) dessa disciplina na universidade. Ao longo de todo este período de desenvolvimento do projeto, bolsistas encarregaram-se de organizar a programação para realização das filmagens conforme disponibilidade da intérprete da universidade. O projeto de transposição das aulas do curso EaD na modalidade LIBRAS na UFCSPA é de caráter inovador na universidade no que se refere à educação inclusiva e acessibilidade, contribuindo para o desenvolvimento de análise crítica e reflexiva dos alunos sobre os fenômenos que envolvem o enfrentamento à violência e propiciar aos alunos tanto da graduação da UFCSPA como da comunidade externa deficiente auditiva acesso aos cursos.

Os alunos-bolsistas foram capacitados para participarem ativamente de todas as atividades propostas pelo programa: tutoria do curso destinados aos profissionais, da disciplina eletiva aberta a comunidade externa e da disciplina eletiva ofertada aos alunos de todos os cursos de graduação, assim como para os fóruns. Em especial para a atuação nas oficinas junto às escolas municipais - composta pelos alunos e professores do ensino básico através da capacitação com a equipe interdisciplinar.

Posteriormente as atividades descritas, buscou-se articulações interinstitucionais como Centro Universitário de Referência em Saúde e Direitos Humanos, em parceria com a Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público de Porto Alegre, para acolhimento e orientação de vítimas de violência no ciclo da vida e a edição do livro "Cinema, Saúde e Direitos Humanos" numa perspectiva de educação continuada, com uma edição de 2000 exemplares distribuídos gratuitamente em universidades, escolas, organizações não governamentais e outras instituições.

Este programa se manteve nas condições inicialmente propostas em edições nos anos seguintes (2012, 2013, 2014) envolvendo profissionais, alunos, professores e voluntários. Em 2014 foi contemplado com edital PROEXT 2015 Programa de Extensão Universitária MEC/SESu, porém sem recursos financeiros disponibilizados, o que



inviabilizou a oferta do curso de extensão em nível nacional. Dada a restrição orçamentária, o programa vem oferecendo, desde 2015 a disciplina eletiva a todos alunos de graduação da universidade e mantém a relação de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ao inserir atividades nas três esferas. Salienta-se a sua inserção na pesquisa através da disciplina “Educação em Saúde para o Enfrentamento à Violência no Ciclo da Vida” do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde, Grupo de Pesquisa “Enfrentamento à Violência” da UFCSPA.

Um dos principais pontos aprofundado durante a prática e formação, tanto na disciplina eletiva, como na atuação dos universitários bolsistas do Programa e com os profissionais de saúde e da educação foi a força da interdisciplinaridade para trabalhar a temática da violência, visto os diferentes vieses que compõe a problemática da violência interpessoal. Elenca-se ainda como a temática suscita a necessidade da formação da interdisciplinar, esta, de valia grandiosa para os universitários que muitas vezes atuarão no Sistema Único de Saúde brasileiro.

Conclusões

Este ensaio sobre o Programa de Enfrentamento à Violência, além de realizar um panorama das atividades ocorridas até então, evidenciou que o enfrentamento à violência no ciclo da vida tem amplo interesse da comunidade trabalhadora das diversas áreas, discentes docentes e população em geral. Isto posto, demonstra que a articulação da universidade com seus pares e com os serviços para efetivação do enfrentamento à violência é necessária para preparação das próximas gerações trabalhadoras do Sistema Único de Saúde para o trabalho com esta temática de forma interprofissional. Evidencia-se a necessidade da manutenção de práticas deste caráter, utilizando outras temáticas para além da violência. O grande tema da violência interpessoal foi dispositivo articulador para a interprofissionalidade visto o caráter de cuidado integral necessário para abordar este agravo.

A violência interpessoal é um tema interdisciplinar que necessita de práticas colaborativas de diferentes profissionais, mostrando esta experiência como uma atividade exitosa neste eixo. Além da preparação para atuar com o tema foco do curso: atuar no enfrentamento à violência interpessoal e autoprovocada, reconhecendo os seus sinais, realizando acolhimento de qualidade, conhecimento da rede de saúde, mostrou-se



eficiente ao incentivo às práticas colaborativas de trabalho e encaminhamento adequado dos casos de violência, fortalecendo as redes de cuidado existentes.

As ações desenvolvidas demonstraram que a estratégia utilizada, comporta diferentes núcleos profissionais, e o intercâmbio com realidade dos profissionais atuantes, caracterizou uma formação interprofissional em Saúde para os estudantes universitários participantes, que desenvolveram competências colaborativas de comunicação interprofissional visando o cuidado da vítima de violência de maneira integral, estabelecendo vínculo e a co-responsabilização entre profissionais e estudantes, de encontro com os princípios do Sistema Único de Saúde. Ademais, indica-se ainda necessária a aproximação dos serviços de saúde, municipais, estaduais ou federais, assim como de prestadores de serviço ao SUS e instituições de ensino superior para além das atividades médico centradas, visto que o trabalho em equipe interdisciplinar e interinstitucional é necessário para garantir o direito de atendimento adequado às vítimas de violência.

Referências

- 1 World Health Organization. World Report on Violence and Health World Health Organization. Genebra; 2002.
- 2 Dahlberg, L. L; Krug, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. Ciência & Saúde Coletiva, vol. 11. suppl.0. Rio de Janeiro, 2006.
- 3 Silva, J. A. M. et al . Educação interprofissional e prática colaborativa na Atenção Primária à Saúde*. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo , v. 49, n. spe2, p. 16-24, Dec. 2015.
- 4 Tavares D.M.C. Violência doméstica: uma questão de saúde pública [Dissertação de Mestrado]. São Paulo (SP): Faculdade de Saúde Pública da USP; 2000.
- 5 De Cesaro, B. C. et al. Alterações na comunicação em crianças vítimas de violência: reflexões para a fonoaudiologia. Distúrbios da Comunicação, [S.l.], v. 28, n. 3, out. 2016. ISSN 2176-2724.
- 6 Meneghel, S. N. et al . Femicídios: narrativas de crimes de gênero. Interface (Botucatu), Botucatu , v. 17, n. 46, p. 523-533, Sept. 2013.